

DICIONÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA: MEMÓRIA OU ESQUECIMENTO?

Nesta apresentação, objetivamos analisar contrastiva-discursivamente o *Dicionário da Língua Brasileira – DLB* – (1832), de Luis Maria da Silva Pinto, e o *Dicionário da Língua Portuguesa – DLP* – (1813), de António de Moraes e Silva. Para que tal objetivo seja alcançado, tomaremos como *corpus* os prefácios dos dicionários; uma amostragem de verbetes dividida nas seguintes séries: *verbos e substantivos, nomeação dos sujeitos sociais, brasileirismos, individuação do significante, definição hipoespecífica e hiperespecífica, norma e circularidade*; textos de arquivo sobre o *Dicionário da Língua Brasileira* e seu autor. Buscaremos mostrar qual a memória de língua os dicionários constituem e qual a memória de autor os textos de arquivo formulam para Luis Maria da Silva Pinto.

Para Orlandi (2003, p. 15), há dois tipos de memória: a memória discursiva e a memória institucionalizada. A memória discursiva é constituída pelo esquecimento, são todas as enunciações já ditas e silenciadas pelas condições de produção. Já a memória institucionalizada é o arquivo, estabilização dos sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação dos sentidos, efeito de relações de forças, nele há um fechamento. Nas palavras da autora (2003, p.22), a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”.

Pela análise dos prefácios, podemos notar que, nos dois dicionários, o locutor aparece em primeira pessoa do singular (eu) explicitando o porquê da elaboração da obra, as etapas de sua constituição. No *DLP*, o lexicógrafo constitui-se como um “homem ingênuo”, ignorante por não conhecer as “coisas da Pátria”. Além disso, ele mostra que não é português¹: “Appliquei me pois á lição delles, e succedia me isto em **terra estranha**², onde me levarão trabalhos desconhecidos (...)”. No *DLB*, o eu-locutor também se constrói na perspectiva da primeira pessoa, porém algumas vezes no plural (nós): “(...) para com effeito dar o da Língua Brasileira, isto é comprehensivo das palavras, e frases entre **nós geralmente adoptadas** e, não somente d’aquellas que proferem os índios, como se presumia”. Esse “nós” seriam todos os brasileiros falantes da língua brasileira.

¹ Antonio de Moraes era brasileiro, nascido no Rio de Janeiro. Como muitas pessoas de sua época foi estudar em Portugal, onde elaborou seu dicionário. Esse gesto estabelece uma relação entre Brasil e Portugal.

² Nos trechos analisados, os grifos são nossos.

O público leitor do *DLB* é de assinantes do dicionário: “O numero dos Srs. Assignantes desta, e mais Províncias do Império excedeo ao que parecera preciso para segurar as despesas (...)”. Já os leitores do *DLP* são leitores em geral, a “gente”, “quem tiver lido Bluteau”, “homens judiciosos”. Podemos perceber que no *DLB* há uma divisão dos leitores do dicionário: os assinantes e os não assinantes, diferentemente do *DLP*, que a obra é direcionada a um público mais amplo.

O *DLB* é apresentado como um auxiliar “da gramática e da ortografia”. Conforme Pinto, o dicionário descreve o “nosso Idioma”, a “Língua Brasileira”. O autor explicita que “a raridade do Diccionario do nosso Idioma embora hajão diferentes edições do Fluminense *Antonio de Moraes Silva*, e de muito outros Lexicographos” fez com que ele elaborasse o *DLB*. Podemos perceber, por esse trecho, um momento do processo de gramatização da língua portuguesa: já havia o dicionário de Bluteau, três edições do dicionário de Moraes (1789, 1813, 1831). Temos também que a elaboração da obra constituiu-se em um “esforço patriótico”. Em Moraes, também podemos perceber uma relação com a Pátria: “a ignorancia em que eu me achava das coisas da Pátria fez que lançasse mão dos bons autores, para nelles me instruir e me tirar da vergonha que tal negligencia deve causar a todo homem ingenuo”. No entanto, essa relação com a Pátria, nos dois dicionários, se dá em direções diferentes. Em Moraes, há uma individuação da responsabilidade de ajudar à Pátria, o discurso formula-se no interior do discurso da moral, isto é, o sujeito tem o dever de saber a língua e não saber é “negligenciar” a responsabilidade perante a Pátria, é vergonhoso. Desse modo, saber a língua, para Moraes, constitui-se como um dever, uma obrigação dos sujeitos. Já em Pinto, o “esforço patriótico” se dá na constituição de uma visibilidade do brasileiro, da língua brasileira. Esse esforço é o de apresentar a língua ao outro, para mostrar que a língua brasileira não é uma idiossincrasia, uma particularidade, mas sim uma língua de todos os brasileiros.

O *DLB* é um discurso fundador na história do Brasil: “Nestas circunstancias restringi o meu Plano, lanzando ao prelo o presente Diccionario portátil, que **modificará a penúria occorrente e servirá de base a outra edição mais ampla**”. O *DLB* estabelece a Língua Brasileira, já que conforme Lima³ (2006), “como se poderia atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa, se naquele momento o português

³ Texto apresentado na IX Jornada Internacional História das Idéias Lingüísticas, realizada na Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto, nos dias 20 e 21 de novembro de 2006.

significava o maroto, o pé de chumbo, absolutista, inimigo com que se disputavam cargos públicos e decisões sobre o rumo da política?”. Além disso, o *DLB* produz um deslocamento importante em relação ao discurso sobre a língua portuguesa. No Brasil, ao falar de Língua Portuguesa as formulações saem de dois lugares: do erro e do acréscimo. O *DLB* constrói um outro lugar – nem do erro, nem do acréscimo – em que reverberam sentidos. Empiricamente pode não ter ficado como lugar de citação, mas é o lugar em que pela primeira vez se textualiza fora desses lugares.

Em relação ao *DLP*, podemos perceber a imagem de um dicionário de autoridades, que utiliza os clássicos como um modo de legitimação do discurso: “Contento-me com a autoridade clássica que abone o sentido natural (...)”. Além disso, os autores clássicos surgem como auxiliares de instrução, por meio deles, pode-se sair “da vergonha, que tal negligência deve causar a todo homem ingênuo”. Gostaríamos de ressaltar que o *DLB* não apresenta abonações.

Podemos perceber algumas diferenças na concepção de língua: para Morais um dicionário de língua deve apresentar citação de autores, diferentemente de Pinto em que isso não ocorre. No *DLP*, temos a imagem de um dicionário clássico, erudito, já no *DLB*, podemos perceber a imagem de um dicionário portátil, básico.

Pelas análises dos verbetes, podemos notar, no *DLB*, o discurso gramatical, e no *DLP*, o discurso literário (abonações clássicas). Além disso, ambos os dicionários nomeiam os sujeitos pela cor de sua pele (preta, branca, mulata). No *DLP*, a questão da alforria e da liberdade aparecem, diferentemente do *DLB* em que isso não ocorre. Nos *brasileirismos*, podemos perceber que o *DLB* divide os falantes da língua brasileira: brasileiros, índios, negros. O *DLP* traz as diferenças regionais entre os termos e a origem das palavras. Em *individuação do significante*, os aspectos fonéticos das palavras (no *DLB*) constituem-se como um modo de apresentar a língua brasileira ao outro (estrangeiro) e um modo de dar visibilidade a essa língua mostrando que há diferenças entre o falar brasileiro e o falar português. Na *definição hipoespecífica e hiperespecífica*, refletindo sobre o modo como ocorre a extensão da definição, vemos que o *DLP* assemelha-se a um dicionário enciclopédico, já o *DLB* a um dicionário básico, portátil. Em *norma e circularidade*, podemos explicitar como a remissão de um verbe a outro cria um imaginário de completude da linguagem, e também um discurso da norma, do bem escrever. Assim, buscamos mostrar

como salienta Mazière (1989, p. 47) que “a sintaxe da definição, em sua materialidade, tem algo a nos mostrar sobre as representações e as posições realmente assumidas pelo lexicógrafo no interior da ordem do saber e da instituição”.

Na análise dos textos sobre Luis Maria da Silva Pinto e seu dicionário, podemos notar que a imagem do *Dicionário da Língua Brasileira* é oscilante: ora é de um dicionário que rompe com a Metrópole e mostra a nova nação brasileira; e ora é uma obra que se mostra fortemente relacionada com a Metrópole. Os textos sobre o *Dicionário da Língua Brasileira* constituem um discurso que diz sobre a língua brasileira e sobre a língua portuguesa, explicitando que de um lado há a imagem de que os brasileiros falam a língua portuguesa, e do outro a presença de um discurso que salienta a autonomia, mostrando que a língua que se fala no Brasil é a língua brasileira. Em relação a Luis Maria, também podemos perceber que nos textos buscam-se mostrar que esse sujeito era um cidadão que participava da vida política e social da província de Minas Gerais. Alguns desses textos salientam uma filiação de Luis Maria com a Metrópole, outros sua ruptura contra os designos portugueses.

Pelas análises, buscamos mostrar que falar sobre o *Dicionário da Língua Brasileira* é explicitar a memória de um país de colonização que com a vida da família real torna-se Reino Unido e passado os anos, em 1822, proclama-se sua independência e constitui dizeres sobre sua nação, seu povo explicitando um processo de ruptura da nação brasileira. É no século XIX, que o Brasil toma consciência de seu papel político, por meio da literatura, da imprensa, dos instrumentos lingüísticos vê-se os sentidos sendo constituídos e sendo explicitados os conflitos da época.

Nosso trabalho não se esgota aqui. Muitos são ainda os sentidos sobre o Brasil e sua relação com Portugal a serem explicitados que durante os séculos foram abafados, silenciados, apagados por dizeres dominantes. Para finalizar, conforme Orlandi (1990): “Deste lado do Atlântico, nossa experiência histórica é a de que o imaginário tem às vezes mais realidade que o próprio real e a de que não se criam impunemente máscaras e fantasmas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (org) *História e sentido na linguagem*. Campinas: PONTES, 1989.
- ORLANDI, E.P. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ____ (org). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes; Labeurb, 2003.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PINTO, L. M.da S. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1813.